

A importância do letramento crítico The Importance of Critical Literacy[†]

Hilary Janks*

Tradução por Mila Soares Souza**

RESUMO: Este artigo é dividido em três partes. Ele começa argumentando a favor da importância contínua do letramento crítico em um momento em que circulam rumores sobre o fato dele estar ultrapassado. A segunda parte do trabalho formula o argumento com o uso de textos ilustrativos. A terceira parte conclui com exemplos de atividades de letramento crítico, que eu alego ainda serem necessárias em salas de aula ao redor do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento Crítico. Texto. Imagem. Discurso. Criticidade. Orientalismo. Educação. Design. Re-design. Pedagogia.

ABSTRACT: This paper is divided into three parts. It begins by making an argument for the ongoing importance of critical literacy at a moment when there are mutterings about its being passé. The second part of the paper formulates the argument with the use of illustrative texts. It concludes with examples of critical literacy activities that I argue, are still necessary in classrooms around the world.

KEYWORDS: Critical literacy; text; image; discourse; critique; Orientalism; education; design; re-design; pedagogy.

Introdução

Este artigo argumenta a favor da importância contínua do letramento crítico em um momento em que há rumores sobre ele ser ultrapassado. Foucault (1972, p.123) sugere que "o discurso é o poder que deve ser aproveitado" porque ele reconhece sua capacidade de nos produzir como tipos específicos de seres humanos. Numa época em que a produção de significado está sendo democratizada pela *Web 2.0*, *sites* de redes sociais e conectividade portátil, discursos poderosos continuam a nos falar e a falar através de nós. Muitas vezes, somos agentes inconscientes de sua distribuição. Ao mesmo tempo, esses novos meios de comunicação têm sido usados para disseminar discursos contrários, para mobilizar oposição,

[†] Palestra proferida na 10ª Conferência da Federação Internacional de Professores de Inglês, abril de 2011, Auckland, Nova Zelândia, e publicada pela revista *English Teaching: Practice and Critique*, em maio de 2012. Agradecemos à revista pela autorização para tradução e publicação do texto nesta coletânea.

* Universidade de Wits, África do Sul. Tem expertise em educação e letramento, com conhecimento e experiência em desenvolvimento de materiais, políticas linguísticas, salas de aula multilíngues e ensino de gramática, leitura e escrita.

** Aluna do curso de Letras/Inglês (UFU).

questionar e desestabilizar o poder. Este é o contexto dentro do qual precisamos considerar o papel do letramento crítico na educação. A segunda parte do trabalho formula o argumento. O prêmio *World Press* 2010 de fotografia, juntamente com a análise de Said sobre o Orientalismo como exemplos do poder da imagem e do discurso, e as "Montanhas de Kong" como metáfora do poder do texto e da força das imagens, são todos usados como evidência de que a capacidade de entender os efeitos sociais dos textos é importante. A última parte do artigo baseia-se em um novo conjunto de materiais nos quais estou atualmente trabalhando, como exemplo do tipo de trabalho que, penso eu, ainda é necessário nas salas de aula em todo o mundo.

Em um mundo pacífico sem a ameaça do aquecimento global ou conflito ou guerra, onde todos têm acesso à educação, saúde, alimentação e uma vida digna, ainda haveria a necessidade de letramento crítico. Em um mundo rico em diferenças, ainda é provável que exista a intolerância e o medo do outro. Porque a diferença está estruturada em relação ao poder, o acesso desigual a recursos com base em gênero, raça, etnia, idioma, habilidade, sexualidade, nacionalidade e classe continuará a produzir privilégio e ressentimento. Mesmo em um mundo onde as relações de poder socialmente construídas tenham sido niveladas, ainda teríamos que gerenciar a política de nossas vidas diárias. Eu tenho chamado essa política de política com *p* minúsculo para distingui-la da política com *P* maiúsculo (JANKS, 2010, p. 186).

Política com *P* maiúsculo é sobre governos e acordos comerciais mundiais e as forças de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas; é sobre genocídio étnico ou religioso e tribunais mundiais; é sobre o apartheid e o capitalismo global, lavagem de dinheiro e imperialismo linguístico. É sobre as desigualdades entre o Norte e o Sul políticos. É sobre petróleo, camada de ozônio, engenharia genética e clonagem. É sobre o perigo do aquecimento global. É sobre globalização, a nova ordem de trabalho e *sweatshops*¹ na Ásia.

Política com *p* minúsculo, por outro lado, é sobre a micropolítica da vida cotidiana. É sobre as escolhas minuto a minuto e as decisões que nos tornam quem somos. É sobre o desejo e o medo; como os construímos e como eles nos constroem. É sobre a política de identidade e lugar; é sobre pequenos triunfos e derrotas; é sobre vencedores e perdedores, sobre ricos e pobres, sobre *bullying* e suas vítimas; é sobre como tratamos outras pessoas no dia a dia; sobre aprender ou não o idioma de alguém ou reciclar o nosso próprio lixo. A política com *p* minúsculo é sobre levar a sério a posição feminista de que o pessoal é o político.

¹ Nota do tradutor: "sweatshops" são fábricas, geralmente na área têxtil, que empregam mão de obra barata e oferecem condições de trabalho pouco vantajosas para o empregado.

Isso não quer dizer que a *política* não tem nada a ver com a *Política*. Pelo contrário, os contextos histórico-sociais e econômicos nos quais vivemos produzem condições diferentes de possibilidade e restrição que todos nós temos que negociar da maneira mais significativa que pudermos. Enquanto o social constrói quem somos, nós também construímos o social. Esse relacionamento dialético é fluido e dinâmico, criando possibilidades de ação social e mudança.

Os argumentos contra e a favor da criticidade

Considero que uma posição crítica quanto a linguagem, texto e discurso não pode ser tratada como irrelevante, e eu tive alguma dificuldade para entender os argumentos que sugerem isso. Kress (2010), em sua teoria do *design*, rejeita teorias tanto de competência comunicativa como teorias da criticidade: *competência* porque "ancora a comunicação na convenção como regulação social" (p. 6) e *criticidade* por causa do seu engajamento "com as ações passadas dos outros e seus efeitos" (p. 6). Para ele, a "competência deixa os acordos incontestes". Essa não é uma ideia nova. O artigo de Fairclough sobre "A apropriação da 'adequação'" (1992, p.36) mostrou que o que conta como apropriado e quem decide são questões de poder, assim fornecendo um desafio fundamental para a teoria de competência comunicativa de Dell Hymes. "Adequação", como outras convenções de língua e texto, está vinculada à ordem social e está sujeita a desafio e mudança.

A criticidade, por outro lado, é rejeitada por Kress porque está "orientada *para trás* e para o poder superior, preocupada com os efeitos *presentes* das ações passadas de outros" (p. 6, meu itálico). Não só isso é internamente contraditório – como pode ser orientado para trás se estiver preocupado com os efeitos presentes; Kress mais tarde se contradiz quando, duas linhas depois, que "a compreensão que se desenvolve através da criticidade é essencial nas práticas de *design*" (p. 6).

Seus argumentos se apoiam em sua ideia de que as formas atuais de produção de conhecimento, de criação de textos e dos limites sociais e semióticos são instáveis (KRESS, 2010, p.23). A mudança do consumo para a produção de conhecimento evidente na *Web 2.0* dissolveu formas anteriores de autorização e propriedade (a *Wikipedia* é um bom exemplo). A autoria também é desafiada por novas formas de criação de texto: misturar, mesclar, cortar, colar e re-contextualizar são práticas correntes da geração "*net*". Esses processos resultam em transformações textuais fáceis e contínuas que desestabilizam a própria noção de "um texto". Finalmente, Kress aponta para o apagamento social e semiótico de limites e quadros.

Convenções, gramática, gêneros, formas semióticas, estão todos em estado de fluxo e as fronteiras entre informação e conhecimento, fato e ficção são fluidas. Para Kress,

O orador como o criador de uma mensagem *agora* faz uma avaliação de todos os aspectos da situação comunicacional: seu interesse; as características do público; os requisitos semióticos da questão em jogo; e os recursos disponíveis para a representação adequada; juntamente com o estabelecimento dos melhores meios de disseminação. (KRESS, 2010, p. 26, meu itálico)

Kress continua dizendo que, uma vez que a mensagem foi projetada e produzida, está aberta a re-produção e transformação por aqueles que "analisam, comentam e se envolvem com ela" (KRESS, 2010, p. 27).

Eu argumentaria que a descrição de Kress sobre o orador sempre foi o caso, com modos diferentes assumindo proeminência em momentos diferentes da história. No entanto, há aspectos importantes dessa descrição que é importante questionar em defesa da criticidade. Primeiro, é a suposição de que as escolhas do orador são conscientes e feitas livremente, quando há evidências que sugerem que nossas escolhas estão circunscritas pelos modos de pensar, crer e valorizar inscritos nos discursos que habitamos. Sem criticidade, a possibilidade de interromper esses discursos é reduzida. Além disso, convenções, gêneros e gramática sempre foram sujeitos a mudanças; isso não significa que eles não limitam nossas escolhas semióticas em todos os domínios da comunicação. Igualmente importantes são os recursos necessários para "revisão". O engajamento não é suficiente. O *interesse* do intérprete não é suficiente. A capacidade de reconhecer e criticar o interesse do orador e afastar-se disso também é necessária para o *re-design*. É preciso ter uma idéia de como o texto pode ser diferente e isso requer algo além do engajamento. É preciso ler contra e a favor do conteúdo, da forma e dos interesses do texto para poder redesenhá-lo.

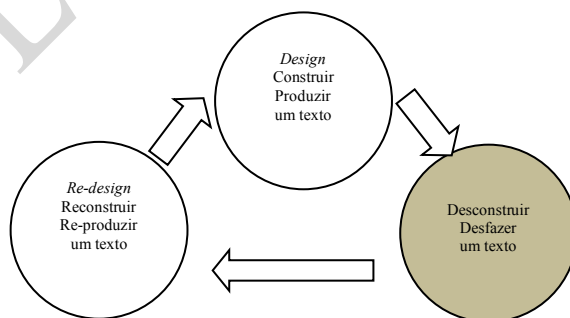


Figura 1. O ciclo do *re-design*
Fonte: traduzido de JANKS, 2010, p. 183.

O letramento crítico tem, por algum tempo, focado tanto no consumo quanto na produção de texto, bem como na relação entre os dois, e a criticidade se configura como um

aspecto de ambos. Isso pode ser representado pelo ciclo de *re-design* (JANKS, 2010) (veja a Figura 1). Nesse ciclo, a desconstrução (ou seja, a crítica) fica entre o *design* e o *re-design*. A Figura 2 mostra como a desconstrução olha para trás em direção ao texto e para frente em direção ao *re-design*.

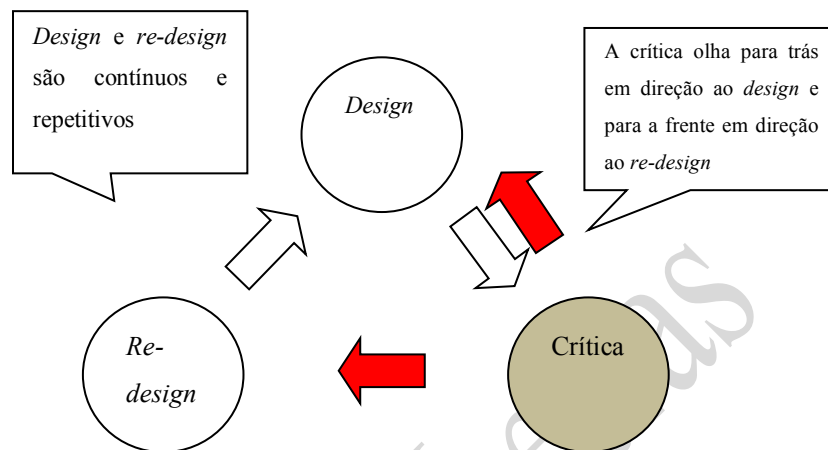


Figura 2. A criticidade é orientada para trás em direção ao *design* e para frente em direção ao *re-design*

A criticidade permite que os participantes se envolvam *conscientemente* com as formas em que os recursos semióticos foram aproveitados para servir aos interesses do produtor e como os recursos diferentes poderiam ser aproveitados para reconstruir e re-posicionar o texto. É um olhar tanto para trás como para frente.

É importante reconhecer que o *re-design*, como o *design*, pode ser usado de forma ética ou não ética para servir aos interesses de alguns à custa de outros. A democratização da produção de texto reforça a noção de poder de Foucault (1980) como algo que circula, em vez da noção marxista de poder como uma forma de dominação e subordinação. Eu acredito que ambas as formas de poder são evidentes no mundo em que vivemos e que ambas devem ser sujeitas a crítica. O que importa é que a criticidade não é o ponto final; re-construção ética e transformativa e ação social o são.

O Prêmio *World Press* de 2010 como um exemplo de orientalismo

Consideremos os efeitos da re-contextualização da fotografia de Bibi Aisha tirada por Jodi Bieber. Bibi Aisha é uma mulher afegã cujos olhos e orelhas foram cortados por ela fugir da casa do marido, onde sofreu abuso.

Bieber explica que não quis retratar Bibi Aisha como vítima, mas como uma bela mulher². A mutilação é uma violação dos direitos humanos de uma mulher. A mutilação teria sido menos censurável se Aisha não fosse jovem e bonita? Como a fotografia usa e reproduz os discursos da juventude e da beleza das mulheres para mostrar a questão? Como Aisha foi fotografada olhando para o espectador, a imagem exige que nos envolvamos com ela e não a vejamos como simplesmente um objeto-vítima. Embora, em minha opinião, isso tenha sido alcançado na fotografia original, isso não é verdade em seu uso na capa da revista *Time*. Veja a Figura 3.



Figura 3

Na capa da revista *Time*, Aisha foi construída como uma icônica vítima do outro-afegão, sendo os EUA o defensor contra a barbárie. A ideia dos EUA como salvador é reforçada pelo fato de ela ser levada aos EUA para fazer a cirurgia reconstrutiva. David Campbell argumenta que o retrato individual

² Ver http://www.time.com/time/video/player/0,32068,294175100001_2007267,00.html

mais frequentemente do que não, descontextualiza e despolitiza a situação sendo retratada, deixando as manchetes e os textos que acompanham ancorarem temporariamente o significado. (CAMPBELL, 2011, §4).

Campbell usa o *remix* de Jim Johnson da capa da *Time* para mostrar como isso funciona. Observe como a capa falsa se apropria da capa original da *Time* e a redesenha para produzir uma crítica da original. A capa falsa viola as convenções normais de direitos autorais, é divulgada facilmente na internet e atinge uma audiência maior que a da capa original (ver Figura 4). A *questão* da recontextualização é que o novo contexto altera o significado do original. Enquanto Jodi Bieber era a autora do retrato original, no momento em que vendeu à *Time*, ela perdeu a propriedade e o controle da mensagem.



Figura 4³

Isso levanta questões de letramento crítico interessantes:

- Qual controle os fotógrafos têm sobre a forma como suas imagens são usadas? Quanto poder um fotógrafo tem em relação a um gigante de mídia como a revista Time?

³ Nota do tradutor: Do lado esquerdo, na capa original, a manchete diz “O que acontece se sairmos do Afeganistão”; já do lado direito, na capa recontextualizada, lê-se “O que ainda aconteceu apesar de 10 anos de ocupação no Afeganistão”.

- Os fotógrafos deveriam se recusar a comentar sobre as políticas de uso?
- Qual controle qualquer pessoa tem sobre como seus textos são re-mesclados, re-desenhados, re-misturados?
- A crítica deve focar na posição do autor, ou nos efeitos do texto em diferentes contextos de produção e recepção?
- Por que uma discussão dos efeitos se volta para trás, se eles continuam no futuro? A vida de Aisha será a mesma?
- Quais são as considerações éticas desse tipo de fotografia? O consentimento de Aisha para ser fotografada é um consentimento informado? Essa jovem mulher rural poderia ter imaginado ou realmente entendido como a fotografia mudaria sua vida?

David Campbell concorda com John Johnson que

o Prêmio *World Press* realizou outra descontextualização e despolitização da fotografia de Bieber. O processo de premiação dissociou a imagem das questões políticas às quais estava associada, reconstituiu a imagem como um objeto discreto e reconectou-a a Jodi Bieber enquanto autor (2011, §7)

Isso é verdade? Um texto pode ser separado de suas conexões intertextuais com outros contextos de uso ou cada *re-design* carrega traços de sua história? Ao contrário de Kress, eu argumentaria que uma compreensão do poder dos textos para moldar identidades e construir conhecimento, talvez seja ainda mais urgente em um mundo globalizado interconectado, com formas cada vez mais complexas de produção, re-produção e disseminação de textos.

A capa da revista *Time* pode ser lida como uma instância do Orientalismo. Para Said, o Orientalismo é um discurso para lidar com o Oriente "fazendo declarações sobre ele, autorizando suas opiniões, descrevendo-o, ensinando-o, estabelecendo-o, governando sobre ele: em suma, o Orientalismo é um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente" (1978, p.3). Baseia-se na "ideia da identidade europeia como superior em comparação com todos os povos e culturas não europeus" (p.3).

O estudo de Said (1978) focalizou especificamente as construções ocidentais do Oriente próximo, dos árabes e do islamismo. Ele é capaz de mostrar uma continuidade na forma como os orientais são representados, que remonta aos primeiros estudiosos europeus, escrevendo para se proteger contra a ameaça que as hordas muçulmanas fanáticas representavam para o cristianismo e a civilização (p. 344). Os estudos relativos ao Oriente foram estendidos aos povos do Oriente, suas crenças e sua cultura, produzindo no final do século XIX um discurso

essencializado e racista do Outro como retrocedente e degenerativo (p.206), irracional (p. 38), primitivo (p. 231) e geralmente inferior aos "homens brancos" (p. 226). Este foi um exemplo do que veio mais tarde a ser descrito como a teoria da Grande Divisão na antropologia (STREET, 1984).

O que é notável sobre este discurso é a sua durabilidade. Apoiando uma política de domínio europeu, o conhecimento era necessário para a contenção e o domínio do Outro colonizado, particularmente porque, até o final do século XVII, o controle islâmico sobre grandes partes do Oriente e Oriente próximo, África do Norte, Turquia e Europa, significava que o islamismo era temido e tinha vindo "simbolizar terrorismo, devastação, as demoníacas hordas de bárbaros odiados" (Said, 1978, p. 59) e uma ameaça constante para a civilização ocidental. Pouco mudou três séculos depois. É como se este discurso estivesse completamente formado para se mobilizar após o 11 de setembro. Isso explica o paternalismo e o senso de superioridade manifestados na manchete da capa da *Time*. Este paternalismo tem sido questionado pelos recentes acontecimentos no Oriente Médio, agora denominados Primavera árabe, durante a qual jovens que vivem na Tunísia, Argélia, Jordânia, Iêmen, Egito, Sudão, Palestina, Iraque, Bahrein, Irã e Líbia tomaram a libertação em suas próprias mãos.

Outro exemplo, desta vez da Geografia Crítica, mostra o poder do discurso e do texto. Em um artigo fascinante "*Das melhores autoridades: as Montanhas de Kong na Cartografia da África Ocidental*", Bassett e Porter (1991) investigam as representações das montanhas na África Ocidental em mapas que datam do século XVI. Nomeadas as Montanhas de Kong no mapa de 1978 de Rennell,

elas aparecem em quase todos os principais mapas comerciais no século XIX...terminando no início do século XX. As Montanhas de Kong foram vistas popularmente como uma grande divisão de drenagem que separa córregos que fluem para o rio Níger e para o Atlântico...e uma "barreira insuperável que dificulta o comércio entre a costa e o interior". O que é intrigante sobre as Montanhas de Kong é que elas nunca existiram exceto na imaginação de exploradores, mapeadores e comerciantes (BASSETT; PORTER, 1991, p. 367).

A existência dessas montanhas foi confirmada pelos relatos de exploradores e comerciantes subsequentes, que acreditavam ter encontrado essa cadeia de montanhas. Esperando encontrá-las, eles conseguiram. Bassett e Porter tomam isso como confirmação da "autoridade extraordinária dos mapas" (1991, p. 370), que se baseia na "crença do público de que essas imagens são representações precisas da realidade" (ROBINSON, 1978 apud BASSETT; PORTER, 1991, p. 370). Tanto o mapa como texto visual, como os discursos

científicos que o autorizam, moldam nosso conhecimento da paisagem. Com o apoio da Associação Africana, estabelecida para ampliar o conhecimento europeu da África, essa construção do terreno dominou até a expedição de Binger em 1888, que não conseguiu encontrar nenhuma "cordilheira" (BASSETT; PORTER, p. 395). O novo mapa da região de Binger abriu a área para comércio e colonização, removendo um obstáculo físico intransponível "que existia apenas na mente dos europeus" (BASSETT; PORTER, 1991, p. 398).

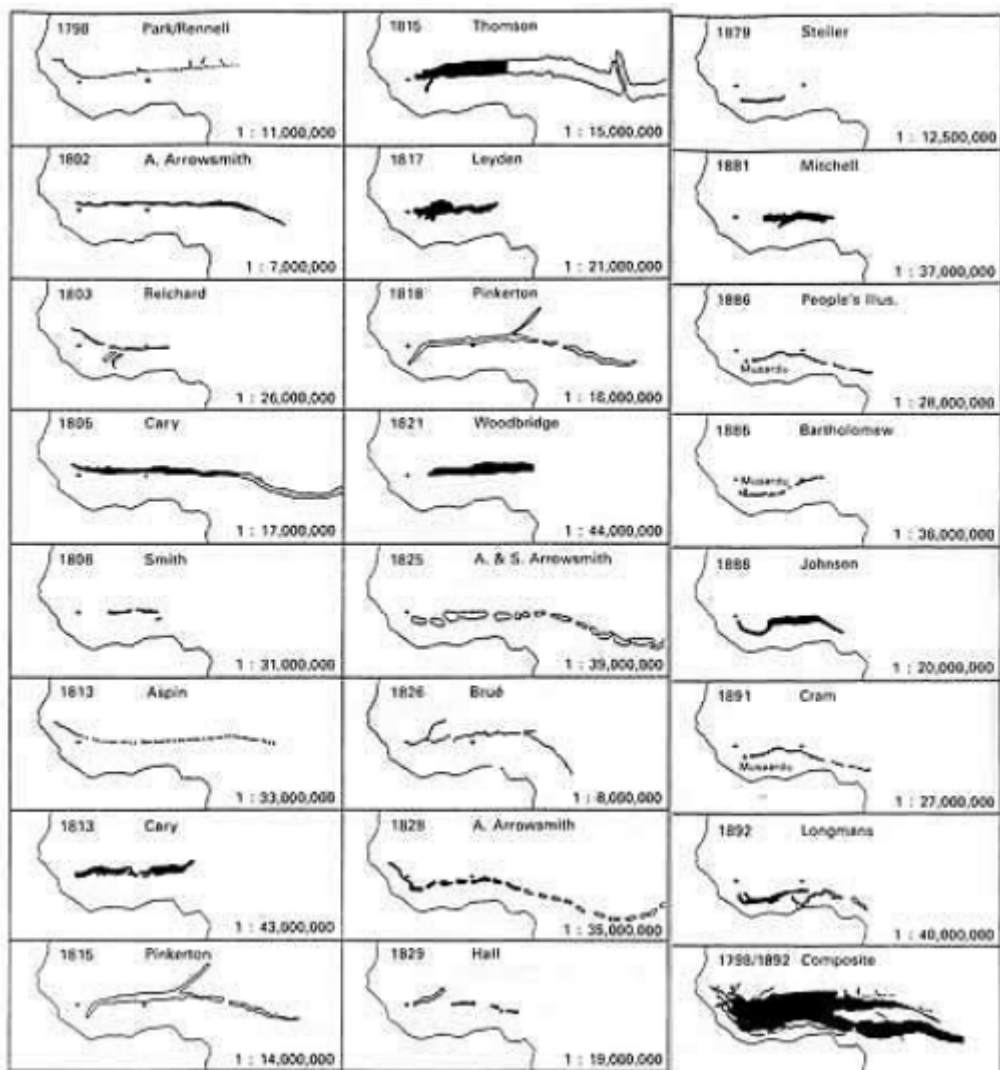



Figura 5. Conjunto de mapas em Bassett e Porter, 1991, p. 387-389
As Montanhas de Kong: Representações de 1798 a 1892

Em seu artigo, Bassett e Porter incluem quarenta e oito mapas diferentes de 1798 a 1892, com suas representações da variada largura, altura e extensão das Montanhas de Kong. Eles comentam com ironia que a variação "pode ser esperada para montanhas imaginárias" (p. 390). Esses mapas (Figura 5) servem como um exemplo do século XIX da afirmação de Kress de

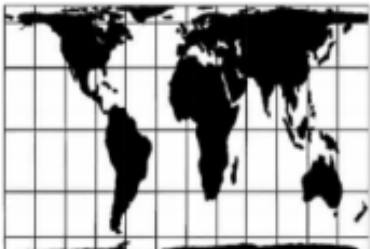
que, uma vez que uma mensagem foi projetada e produzida, está aberta para reestruturação e transformação por aqueles que analisam, comentam e se envolvem com ela (KRESS, 2010, p. 27). Isso também mostra que a transformação do texto não é um fenômeno novo. É também um exemplo extremamente bom de como as transformações estão sujeitas à suposição subjacente de que as montanhas existem, um pressuposto que se revelou errado e notavelmente durável.

MAPAS SÃO TEXTOS - TEXTOS SÃO REPRESENTAÇÕES


1. Qual é a diferença entre os dois mapas a seguir? Qual deles é o mais preciso?



Este mapa é conhecido como a projeção de Mercator. É a representação que nos é mais familiar. Este mapa mantém a forma dos continentes, mas distorce seu tamanho.



Este mapa, conhecido como a projeção de Peters, apareceu pela primeira vez em 1974. Ele mantém o tamanho relativo dos continentes, mas distorce suas formas.



Hmm... Dois mapas. Mais de um ponto de vista válido...

A Terra é redonda. O desafio de qualquer mapa-múndi é representar uma Terra redonda em uma superfície plana... A projeção de Mercator distorce cada vez mais os tamanhos conforme se distancia da linha do Equador. Cartógrafos chamam isso de "O problema da Groenlândia" porque a Groenlândia parece ser do mesmo tamanho da África, mas a África é quatorze vezes maior. Como a distorção de Mercator é maior nos pólos, é comum deixar a Antártica fora dos mapas. O resultado disso é que o Hemisfério Norte parece ser muito maior do que realmente é. O Equador aparece 60% abaixo no mapa, diminuindo o valor dos países em desenvolvimento.
<http://www.diversophy.com/images/peters>

2. A projeção de Peters criou bastante controvérsia quando foi publicada. Porque você acha que isso aconteceu? Você pensa que as pessoas discutiam sobre o quê? Quem perderia se o mapa de Peters fosse reconhecido? Quem ganharia? Por quê?

Figura 6

No capítulo final de *Letramento e Poder*⁴ (JANKS, 2010), proponho um argumento que defende a necessidade de letramento crítico e argumenta que, num mundo em que a única certeza, além da morte e dos impostos, é a própria mudança, o letramento crítico tem que ser ágil o suficiente para mudar à medida que a situação muda. O argumento pressupõe uma agenda de letramento crítico que responda ao contexto sócio-histórico e político oscilante, à mudança do panorama da comunicação, aos investimentos dos professores e dos alunos e às mudanças na teoria e na prática. Em vez de repetir esse argumento aqui, optei por fornecer uma amostra de *Fazendo Letramento Crítico*⁵, novos materiais de sala de aula com os quais venho trabalhando com colegas, alguns dos quais trabalharam comigo na série CLA de 1993 (JANKS, 1993).

1. O apêndice 1 foca na necessidade de letramento crítico na compreensão de textos em relação aos seus contextos sociopolíticos. Essa página do *Fazendo Letramento Crítico* fornece um exemplo dos EUA;
2. O apêndice 2 é um exemplo de material que se concentra na mudança do panorama da comunicação;
3. As atividades no apêndice 3 trabalham com investimentos de identidade.

Talvez o que quero dizer com criticidade – a capacidade de reconhecer que os interesses dos textos nem sempre coincidem com os interesses de todos e que eles estão abertos à reconstrução; a capacidade de entender que os discursos nos produzem, falam através de nós e, no entanto, podem ser desafiados e mudados; a capacidade de imaginar os efeitos possíveis e reais dos textos e avaliá-los em relação a uma ética da justiça social e dos cuidados sociais – não seja o mesmo para aqueles que acreditam que o letramento crítico é ultrapassado. No mundo em que vivo, o engajamento crítico com as formas em que produzimos e consumimos o significado, qual significado (e de quem) é aceito e qual é descartado, quem fala e quem é silenciado, quem é beneficiado e quem é prejudicado – continua a sugerir a importância de uma educação em letramento crítico e, de fato, com criticidade.

⁴ Original: *Literacy and Power*.

⁵ Original: *Doing Critical Literacy*.

Referências

- BASSETT, T.; PORTER, P. From the best authorities: The Mountains of Kong in the Cartography of West Africa. **The Journal of African History**, v. 32, n. 3, p. 367-413, 1991. DOI <https://doi.org/10.1017/S0021853700031522>
- CAMPBELL, D. Thinking Images v.10: Jodi Bieber's Afghan girl portrait in context. Disponível em: <<http://www.davidcampbell.org/2011/02/14/thinking-images-v10-bieber-afghan-portrait/>>. Acesso em: 24 maio 2012.
- FAIRCLOUGH, N. The appropriacy of “appropriateness”. In: FAIRCLOUGH, N. (Ed.). **Critical language awareness**. London: Longman. 1992. p. 33-56.
- FOUCAULT, M. The order of discourse. Inaugural Lecture at the College de France. In: SHAPIRO, M. (Ed.) **Language and politics**. Oxford: Basil Blackwell, 1970. p. 108-138.
- FOUCAULT, M. **Power/knowledge: Selected interviews and other writings 1972-1977**. New York, NY: Pantheon Books, 1980.
- KRESS, G. **Multimodality**. London: Routledge, 2010.
- JANKS, H. (Ed.) **Critical language awareness series**. Johannesburg: Wits University Press and Hodder and Stoughton, 1993.
- JANKS, H. **Literacy and power**. London: Routledge, 2010.
- SAID, E. **Orientalism**. Western conceptions of the Orient. London: Penguin Books, 1978.
- STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Artigo recebido em: 10.09.2017

Artigo aprovado em: 18.12.2017